



LEI ORDINÁRIA Nº 12

de 17 de junho de 1948

**Autorisa o Poder Executivo a abrir concorrência pública para
instalação e exploração de transporte de passageiros.**

*A CÂMARA LEGISLATIVA DE CORUMBÁ, decreta e o Prefeito Municipal
sanciona e vai executar a presente Lei:*

Art. 1º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, mediante concorrência pública, à firma individual ou empresa que se propuser a manter um serviço de transporte de passageiros no perímetro urbano da cidade, isenção de impostos municipais.

Art. 2º..

A firma ou empresa concessionária deverá manter uma linha de ônibus, tendo como centro o relógio público, com três (3) veículos de dezesseis (16), lugares, pelo menos, os quais trefegarão diariamente, das 6 às 22 horas, obedecendo ao seguinte roteiro: um, em direção ao Nascente, pelas ruas Frey Mariano, João Pessôa e Ladário, regressando pela rua 13 de Junho ao ponto de partida: o segundo, em direção ao poente, pelas ruas Frey Mariano, Delamare, 7 de setembro, 13 de Junho e Firmo de Matos, regressando pelas ruas João pessôa e Frey Mariano, ao ponto de partida; o terceiro, em direção ao norte, pela rua Frey Mariano, ladeira José Bonifácio e rua Manoel Cavassa, regressando pela ladeira Cunha e Cruz, ruas Delamare, António Maria e 13 de junho, ao ponto de partida: e finalmente o outro em direção ao aeroporto seguindo daí para a Esplanada, regressando pela rua Frey Mariano ao ponto de partida, viagens essas que farão de meia em meia hora.

Art. 3º..

A concorrência versará sobre o prazo da concessão, o preço das passagens e o percurso das linhas, no caso de ser proposto outro julgado mais vantajoso que o especificado no artigo 2º.

Art. 4º..

A firma ou empresa concessionaria, em retribuição a isenção concedida, fornecera a Prefeitura Municipal 200 passes gratuitos, mensalmente e passagens igualmente gratuitas aos guardas civis e policias fardados.

Art. 5º..

A concessão do favor estipulado ao artigo 1º não poderá ser conferida por prazo superior a 3 anos e, dentro desse periodo de tempo, a firma ou empresa concessionaria não poderá majorar o preço das passagens.

Art. 6º..

O Poder Executivo Municipal fica autorizado a rejeitar todas as propostas referentes a esta Lei se verificar que as mesmas forem lesivas aos interesses do Municipalidade ou da população.

Art. 7º.. *Esta lei em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Corumbá, em 17 de Junho de

1.948.

*ELPÍDIO ESTEVES CUNHA*Presidente*MARIA SAMPAIO DE*

*BARROS*Vice-Presidente*RENATO BAEZ*1º

*Secretário*ARMANDO HÉLIO CAVASSA2º *Secretário*HELIO

BARBOZA PRAT

ALBERTO JOSÉ NASSEF

ADEMAR RÉBULA

SABINO PAIVA GARCIA

Lei Ordinária Nº 12/1948 - 17 de junho de 1948

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em